

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Programa de Formação de Conselheiros Nacionais

Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

**“A CONTRIBUIÇÃO DO SENAC NA CAPACITAÇÃO DO TRABALHADOR DO
COMERCIO”.**

LEONARDO ELY SCHREINER

PORTO ALEGRE

Fevereiro 2010

LEONARDO ELY SCHREINER

**“A CONTRIBUIÇÃO DO SENAC NA CAPACITAÇÃO DO TRABALHADOR DO
COMERCIO”.**

Monografia final apresentada ao Curso
República, Democracia Participativa e
Movimentos Sociais como requisito para
aprovação.

Orientadora: Profa. Ana Maria Prestes Rabelo

PORTO ALEGRE

Fevereiro 2010

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Previsão de matrícula em 2009 para o PSG	48
Tabela 2 - Metas e porcentagem do realizado em 2009	53

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - PORQUE ESTUDAR O SENAC	8
1º PONTO “EDUCAÇÃO E CULTURA”	11
2º PONTO “PRESSÕES DO PODER”	12
ASSOCIAÇÕES CIVIS	16
MOVIMENTOS SOCIAIS.....	16
JORNALISMO	17
CONSELHOS.....	17
CAPÍTULO 2 - BASE BIBLIOGRÁFICA E METODOLOGIA	27
METODOLOGIA.....	28
CAPITULO 3 - A ORIGEM DOS “S” E SEU FUNDAMENTO LEGAL.....	31
CAPÍTULO 4 - ESTRUTURA E ATUAÇÃO DO SENAC.....	35
PROGRAMA DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	42
SENAC MÓVEL	43
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	43
PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE (PSG).....	45
CAPÍTULO 5 - O SENAC NO RIO GRANDE DO SUL	50
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXOS.....	58

APRESENTAÇÃO

A razão desta monografia é estudar a contribuição do SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial na formação e capacitação do Trabalhador do Comércio Brasileiro.

Para isto, fiz um rápido retrospecto da educação profissional no Brasil, que em virtude de o país ter sido, por muito tempo, essencialmente extrativista, e, somente, na década de 1940 iniciar suas industrialização, carecia de trabalhadores capacitados e preparados.

A seguir repassei temas importantes aprendidos nos vários módulos do curso, com o intuito de relacioná-los ao tema escolhido.

- As concepções da democracia e sua influência na constituição do Estado.
- Os mecanismos do controle público: uma visão crítica.
- Instituições políticas brasileiras
- Educação Popular

Feito isto, vi que as Instituições, que se costuma chamar de os “S”, se enquadravam no estudado.

O que são os chamados “S”?

São instituições administradas por empregadores, mas tendo em seus Conselhos Deliberativos, além dos empregadores, representantes dos trabalhadores, do Governo e fiscalizadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União), que se dedicam a educar e capacitar trabalhadores específicos para o fim a que se destinam.

Assim, o SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, se dedica a formação de trabalhadores para o comércio.

O SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial prepara e capacita trabalhadores para Indústria.

O SENAR trabalhadores para a área rural.

O SENAT, trabalhadores para área de transportes,

E o SEBRAE para pequenos empresários.

A única semelhança, entre estas instituições é que todas se dedicam a capacitação do trabalhador brasileiro, e suas rendas, além da própria, obtida pela prestação de serviços, advém de contribuições das empresas sobre a folha de pagamento de seus empregados, cobradas pelo INSS na contribuição mensal, e repassadas às entidades com um deságio de 3,5% (três e meio por cento) referentes a taxa de cobrança.

O passo seguinte foi dedicado, em virtude do volume de dados a serem examinados em todos os “S”, ao SENAC Nacional.

O que é o SENAC Nacional?

É a Entidade maior que coordena, planeja as atividades dos SENAC’s regionais. Finalmente, por ser impossível verificar O SENAC em cada estado, analisei dados da Administração Regional do Rio Grande do Sul.

O trabalho foi elaborado a partir da análise de documentação oficial do SENAC e do depoimento de ex-alunos antigos, de administrador regional de alunos recém formados no PSG (Programa SENAC de Gratuidade).

Pela análise dos documentos pude ver que desde a sua fundação o SENAC sempre manteve cursos gratuitos para o trabalhador do comércio e hoje encontra se altamente organizado e estruturado. Através da utilização das mais modernas ferramentas na sua administração mantém um alto nível de gratuidade em suas ações.

INTRODUÇÃO

O trabalho esta organizado em 5 capítulos para melhor entendimento.

No capítulo 1 encontra-se uma justificativa para a razão da escolha do trabalho. Esta justificativa vai estabelecer um link entre o que ensinou o curso com a realidade das Instituições.

O capítulo 2 vai apresentar a discussão dos artigos que serviram de suporte para realização do trabalho e a razão da definição da metodologia escolhida.

No capítulo 3 o leitor vai encontrar os fundamentos legais e a origem dos vários “S” existentes.

No capítulo 4 apresenta-se toda a estrutura em nível nacional do SENAC, que foi o “S” escolhido para elaboração do trabalho e, também, sua forma de atuação.

Finalmente no capítulo 5 vamos encontrar dados referentes ao SENAC do Estado do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO 1 - PORQUE ESTUDAR O SENAC

Afim de dar um embasamento teórico, e facilitar o entendimento da Instituição escolhida para a monografia, preminilarmente, vou fazer uma revisão teórica das matérias estudadas ao longo dos diversos módulos que compuseram o curso.

Especialmente do módulo I do Prof. Leonardo Avritzer **“As concepções de Democracia e sua influência na constituição do Estado”**, do módulo IV, também do Prof. Leonardo **“Os mecanismos do controle público: uma visão crítica”**, do módulo II da Prof. Fátima Anástacio **“Instituições políticas Brasileiras”**, e da matéria optativa **“Educação Popular”** do Prof. Miguel Arroyo, que foram as que mais me despertaram a atenção. Nelas encontrei que o respeito a Constituição Brasileira é fundamental, nelas encontrei a importancia do controle público pela accountability e nelas encontrei, finalmente, Educação, “Educação Popular”, uma maneira diferente de educar, mas educação.

Assim, a partir da leitura das várias Constituições do Brasil República, iniciando pela de 1891, passando pelas de 1932, 1937 (Estado Novo), 1946, 1967 (Ditadura) e vi, que desde a de 1932 consta um artigo que em tese, diz:

“Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”

Era apenas proforma, pois para ter poder é necessário, antes demais nada saber usá-lo.

Para usá-lo e necessário conhecimento e capacitação.

Justicando a assertiva, este poder concedido, era apenas o direito de votar. Voto este que nem era permitido a todo cidadão ou cidadã brasileira.

Praticamente só os mais ricos votavam, e na época era comum o voto de “cabresto”.

O direito de votar só foi estendido às mulheres em 1934 quando também se tornou secreto.

Todas estas constituições praticamente só defenderam os interesses dos governos, dos poderes, definindo impostos, normas a serem seguidas pelo povo, mas nenhum direito, só deveres. E o povo quieto, sem manifestação.

Finalmente em 1988 a **“Constituição Cidadã”**

Nesta Constituição, se previu alguns direitos para o povo, entre outros:

Reforma eleitoral (voto para analfabetos e para brasileiros de 16 e 17 anos) Terra com função social (base para uma futura reforma agrária)

Combate ao racismo (sua prática constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão) Garantia aos índios da posse de suas terras (a serem demarcadas) Novos direitos trabalhistas – redução da jornada semanal, seguro desemprego, férias remuneradas acrescidas de 1/3 do salário, os direitos trabalhistas aplicam-se aos trabalhadores urbanos e rurais e se estendem aos trabalhadores domésticos. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

Cabe aqui, esclarecer que o plebiscito nasceu no Direito Romano, cujo termo advém da palavra plebe, uma vez que este instrumento só era utilizado pelas deliberações da plebe romana.

Atualmente significa uma consulta de caráter geral, ou pronunciamento popular sobre fatos ou eventos, não se referindo a matéria de cunho constitucional, mas a qualquer tipo de questão de interesse público, portanto tem o objetivo de orientar o poder competente para tomar uma decisão.

O referendo também consiste numa consulta a população para aprovar ou não Leis já constituídas, portanto este ocorre após a edição do ato normativo.

Ambos os institutos impedem medidas legislativas que desagradam a população e funcionam como importante meio de controle da legislação.

O derradeiro mecanismo de participação direta a nossa disposição é a Iniciativa Popular, considerado um dos mais eficazes, pois intermédio deste instrumento não estará aprovando ou rejeitando uma Lei, mas estará sim criando um direito novo através de uma participação mais ativa.

Enfim conclui-se que os institutos da democracia participativa possuem eficácia jurídica, mas não obtiveram ainda eficácia social, ou seja, depende de um cumprimento extra oficial que poderá ser realizado pelas sociedades civis, partidos políticos, ONG's e outras entidades que lutam pelos interesses das minorias, portanto não há cumprimento efetivo da Constituição sem a participação da Sociedade. E a Sociedade **só participará se estiver instruída e capacitada para o fazê-lo**, pois não conhecendo a força que tem, acabará permitindo que alguns poucos falem em seu nome.

Apesar de não estarem previstos em Constituição alguns direitos foram sendo oferecidos à população. Principalmente aos empregados, que nos governos de Getúlio Vargas tiveram os primeiros direitos garantidos com a CLT.

Também foi no Governo de Getúlio o qual, sentindo sua incapacidade de preparar o trabalhador brasileiro para as necessidades da indústria e do comércio em 1942 foi criou o SENAI para os industriários e em 1946 o SENAC e o SESC para os comerciários e também o SESI. Estas entidades através do recolhimento de uma porcentagem sobre a folha de pagamento das empresas deveriam propiciar educação e capacitação pelo SENAI e SENAC, no chão de fábrica ou das lojas a seus funcionários. Já o SESI e o SESC tinham por objetivo proporcionar lazer e cultura aos mesmos. Foram as primeiras preocupações com os menos aquinhoados.

Em 1943 também no governo Getúlio foram criadas as primeiras Escolas Técnicas do Governo Federal, uma em cada capital dos 19 estados então existentes. Como Porto Alegre já tinha desde 1906 uma escola técnica, a PAROBÉ, a Federal foi, por pressão da população, para Pelotas.

A democracia participativa é o caminho do futuro. Há que formar no povo a consciência constitucional de suas liberdades. De seus direitos fundamentais, de sua livre organização de poderes. A democracia participativa executará esta tarefa.

Bem os brasileiros tem uma Constituição preparada para o exercício da democracia participativa.

Mas seu povo não esta suficientemente preparado e capacitado para exerce-lá, pois a presença direta do povo no governo permanece rudimentar, inferior, indefinida, mal delineada, pouco desenvolvida, um tanto programática, atropelada e subtraída em sua eficácia.

PORQUE?

Tenho algumas idéias a respeito, que vou apresentar por pontos.

1° PONTO “EDUCAÇÃO E CULTURA”

Inicio esta análise, voltando um pouco no tempo, até 1808, quando da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil.

Viveu-se um choque de culturas, é natural, com o modelo tradicionalista português confrontando-se com os trópicos, **numa colônia mantida até então em estado de completo atraso**. Para se ter uma idéia, não havia uma gráfica no território brasileiro, o que só foi possível a partir de 1808, quando nasceu a “Gazeta do Rio de Janeiro”, primeiro jornal impresso no Brasil.

As 12 mil pessoas que vieram na esquadra portuguesa alojaram-se num Rio de Janeiro ainda muito pobre, subdesenvolvido e submisso, acarretando transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, mexendo com os costumes da sociedade.

D. João encontrou problemas cruciais. Um deles que o emocionou mais, o absoluto atraso em matéria de educação. Havia muitos analfabetos, sobretudo entre os escravos, e nenhuma escola de nível superior. Se algum jovem quisesse adquirir conhecimentos profissionais mais elevados, o destino seria a Universidade de Coimbra, de difícil acesso ao povo em geral.

O ensino fundamental era dado por ordens religiosas aqui instaladas reforçados por professores leigos que eram pagos pela Coroa Portuguesa.

O primeiro passo para mudar este quadro foi a criação em 1808 das Escolas de Medicina no Rio de Janeiro e em Salvador.

Como vimos acima somente em 1943 é que foram criadas as primeiras Escolas Técnicas gratuitas no Brasil, o que se fez necessário em virtude do acelerado crescimento do país na época. O empresariado tendo necessidade de mão de obra qualificada, e o governo não conseguindo disponibiliza-la a contento adiantou se e criou o SENAI e o SENAC,

Entidades com grande importância na formação de técnicos. Vale lembrar que o presidente LULA foi aluno do SENAI.

Portanto, uma população submissa sem educação e sem cultura não está preparada para participar.

2º PONTO “PRESSÕES DO PODER”

Como vimos, todas as Constituições, exceto a de 1988, só previam a organização dos governos, atendendo aos interesses de um ou de outro regime político. Exemplos: Estado Novo da época de Getúlio, Ditadura de 64, etc.

É natural que os que estão no poder não queiram sair, ou ser substituídos e assim para se proteger foram criando tributos que esmagam e Leis que oprimem, além de atos normativos vexatórios, que fazem lembrar o historiador romano Tácito com sua velha máxima "corruptissima respublica, plurimae leges" Quanto mais Leis mais corrupta a República.

Vejam que as leis de iniciativa popular exigem um esforço descomunal da sociedade. Para apresentar uma lei à Câmara dos Deputados são necessários mais de um milhão e cem mil assinaturas, o que corresponde a 1% de nosso eleitorado. Um único projeto venceu esta barreira, sua aprovação ocorreu em 1997. A sociedade após a marcante participação, teve seus impulsos arrefecidos.

Falta de educação, cultura, dificuldades de acesso e conformismo fazem com que nossa Constituição não seja cumprida.

Não obstante em movimentos muito particulares, procura-se criar e desenvolver o compromisso e o dever da participação popular através da aproximação entre representantes e representados. Uma destas ferramentas foi o Orçamento Participativo de Porto Alegre que se tornou um símbolo do Controle Social sobre a aplicação de verbas destinadas aos investimentos. A medida espalhou-se pelo país, e hoje centenas de governos - estaduais e municipais - implementaram tal ferramenta.

Por fim, surgiram as Comissões de Legislação Participativa, uma iniciativa da Câmara dos Deputados. A idéia consiste em viabilizar a participação da sociedade nos trabalhos legislativos. Entretanto, é diminuto o interesse da população em participar.

Resumindo, veja que temos uma Constituição Cidadã adaptada aos tempos modernos que nos oferece ferramentas para trabalharmos perfeitamente a democracia participativa, mas vi também que em função de sua formação tem um grande contingente de acomodados que não reconhece a importância de tais mecanismos e, conseqüentemente, não procura participar.

Neste caso é necessário pensar em um rigoroso programa de educação política. A sociedade não pode descobrir apenas na prática, pois muitos não têm a oportunidade, ou o interesse de atuar. O papel do cidadão precisa ser revelado na Escola desde a primária até a superior.

Assim, vi que desde sempre o Brasil foi carente em Educação e capacitação do seu povo. Podem ser dois os motivos disso, interesse dos próprios governantes em manter o povo descapacitado para se manter mais facilmente no poder, ou por desinteresse da população em ser participativa ficando amorfa desinteressada, e aceitando pequenas quinquilharias em troca de seu voto, como fizeram os índios quando do descobrimento do Brasil, que trocavam com os descobridores a riqueza vegetal do “pau Brasil” por espelinhos e outras bugigangas.

Passando ao módulo IV “Os mecanismos de controle público: uma visão crítica” e ainda estudando a Constituição de 1988 pude ver que o Paragrafo Único do Art 1º do título I diz textualmente

“Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição”

Exercer o poder por meio de representantes exige controle, e nas Constituições anteriores a de 1988, se pensou que o Povo poderia exercer seu controle, penalizando o mau político com a sua não reeleição.

Entretanto, 4 anos de mandato para Vereadores, Prefeitos, Governadores, Deputados Estaduais e Federais, Presidente da República e de 8 anos para Senadores é um tempo longo demais para a “memória curta” do brasileiro.

Também o desconhecimento pessoal do candidato fez com que este processo no sentido de controle se tornasse ineficiente, ou seja pelos motivos expostos o político acabava se reelegendo. Apenas a título de informação, estatísticas mostram que a grande maioria do eleitores não sabe, após um ano, em quem votou para Vereador e Deputados, tanto Estaduais como Federais.

Assim a Constituição Cidadã previu que os cidadãos brasileiros poderiam exercer o controle diretamente.

A partir de então, o governo criou mecanismos de controle interno, chamado de controle horizontal.

Devemos considerar, conforme O’Donnell 1993, que é o Estado que produz e sustenta as leis, sendo o sistema legal uma das dimensões constitutivas do Estado. Também no Estado estão as burocracias, que são a sede cruciais dos recursos de poder que se mobilizam quando questões de accountability horizontal estão em jogo.

Portanto, a existência de agências estatais que tem o direito e o poder legal, e que estão de fato dispostas e capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotinas a sanções legais contra ações ou omissões, que possam ser qualificadas como delituosas, de outros agentes ou Agências Estatais, a população deveria ficar tranquila quanto a devida punição dos responsáveis.

Mas, em função do poder de estado de produzir leis e de sua burocracia, sempre pode-se pensar, que os funcionários dos organismos de controle estatal, por mais independentes que sejam, também, são funcionários públicos, e o corporativismo poderá ser um impecilho na apuração correta dos fatos.

Mas, diz ainda o paragrafo único referido, que o controle poderá ser exercido diretamente, e, aqui destaco trecho do trabalho de Marianne Nassuno publicado na Revista do Serviço Público número 1 Jan-Abril de 1997 que diz:

“a participação de usuários na gestão e controle de instituições públicas é um instrumento que pode resolver problemas da relação principal-agente entre políticos e burocratas. Os usuários dos serviços públicos podem auxiliar os políticos na supervisão e garantir a implementação eficiente das políticas por eles definidas, pois detem informações sobre o desempenho dos burocratas”

E, então, inicia-se a participação da população no controle, accountability social, ou seja o controle vertical.

A accountability vertical só será eficiente se 3 atores estiverem presentes de acordo com prof Enrique Peruzzotti em seu livro A Política de Accountability Social na América Latina:

- 1) os movimentos sociais conjunturais de setores sociais diretamente afetados pelas ações estatais discricionárias;
- 2) as associações civis altamente profissionalizadas e de caráter permanente.

Ambos atores, como veremos, são cruciais para a política de *accountability* social e, cada um deles, cumpre um papel específico na difícil e sinuosa tarefa de melhoria do desempenho institucional das novas democracias.

- 3) o terceiro ator não se origina no campo associativo civil, mas está representado por um setor do jornalismo independente que, em algumas ocasiões, recebe e dá visibilidade às

denúncias ou iniciativas deste setor e, em outras, se converte ele mesmo em um protagonista da política de *accountability* social ao dar origem às próprias denúncias, sendo estas frutos de suas investigações ou do que recebem como “vazamento” *off the record* graças ao cultivo de contatos com fontes governamentais.

Ainda de acordo com o mesmo livro do Prof. Henrique Perruzotti, vamos analisar com mais detalhes cada um destes atores.

ASSOCIAÇÕES CIVIS

Um importante ator da política de *accountability* social está constituído por uma rede de associações civis e ONGs altamente profissionalizadas e que se localizam no que se poderia denominar os setores de elite das sociedades civis latino-americanas. Geralmente os programas, as iniciativas e as propostas destes grupos estão guiadas por uma visão sistêmica que procura gerar respostas para problemas que são percebidos como estruturais ou de longa data.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Paralelo à ação destas organizações sociais, se observa o surgimento de um leque de movimentos sociais pontuais que aparecem devido à demanda de justiça e esclarecimento fundamentalmente de casos de violações de direitos humanos que ocorrem nas novas democracias. À diferença da ação permanente, altamente reflexiva e menos visível da rede associativa anteriormente mencionada, estes atores estão organizados em torno de uma demanda concreta e particular, ou seja, representam reações de setores sociais (em grande parte provenientes de setores populares ou, do que Guillermo O’Donnell denominou, *áreas marrons I*), que se veem diretamente afetados por práticas estatais discricionárias.

JORNALISMO

Finalmente, outro ator fundamental deste tipo de ativismo cívico é o jornalismo independente. A participação do mesmo na política de *accountability* social assume geralmente dois papéis diferenciados: o da mídia como um aliado dos atores sociais que dá visibilidade às suas reivindicações ou como o do jornalismo de denúncia ou investigação propriamente dito, que através do seu trabalho obtém informação confidencial acerca de atos de ilegalidade governamental. No seu primeiro papel, o jornalismo cumpre um papel de apoio similar ao que presta o setor de organizações civis: buscam a notícia, supervisionam o desenvolvimento da causa policial e/ou judicial, denunciam irregularidades e, em alguns casos, descobrem novos elementos que contribuem para o esclarecimento do caso.

Os meios de comunicação representam um valioso aliado para os atores cívicos que demandam maior transparência governamental.

Entretanto, apesar de o peso que a população tem através dos 3 atores acima descritos seu poder de punição é baixo e a punição somente ocorrerá, se os movimentos forem comandados por líderes de grande expressão popular, que com suas ações possam convencer os órgãos governamentais a aplicar a sanção através de atos administrativos dos poderes, mas mas na maioria das vezes será necessária a intervenção do Judiciário.

CONSELHOS

Os governos do Brasil, sempre tiveram uma tendência para a participação da sociedade no controle dos atos públicos, através dos Conselhos. Assim, já no final do governo Vargas criou-se o Conselho do Patrimônio Histórico, o CNPQ nos anos 50, o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo nos anos 70, mas é a partir da Consituição Cidadã que um grande número de Conselhos foram criados.

Calcula-se que hoje existam no Brasil cerca de 10 a 12.000 Conselhos municipais, estaduais e até federais, de Controle, de Partilha de Poder e de Ratificação.

Em torno de 100.000 brasileiros estão envolvidos nestes Conselhos, número semelhante ao de vereadores.

Como já referi acima estes Conselhos se classificam em 3 tipos:

Os de Controle, normalmente ditos de baixo para cima, pois são formados por Conselheiros eleitos pela população em geral e atuam no interesse particular de um assunto específico, controlando o poder público no sentido da execução da demanda pretendida.

Os de partilha de poder, constituídos por representantes do governo e da sociedade civil, e

Os de ratificação, que são constituídos para avaliar os atos do governo.

Exemplo planos que necessitam assinatura do Presidente do Conselho para liberação de verbas federais.

As Comissões ou Conselhos de Emprego e Renda Estaduais, devem aprovar e fiscalizar os cursos e as cidades onde o Estado vai aplicar na capacitação do trabalhador verbas distribuídas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador CODEFAT .

Já os orçamentos participativos são o típico exemplo de Conselho de Controle, pois seus Conselheiros são eleitos pela população através de Assembleias para votar as necessidades de cada região.

Transcrevo o funcionamento do Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre RS.;

Em Porto Alegre o Orçamento Participativo (OP) foi implantado em 1989. Em 2005, aconteceu a primeira rodada sob nova administração municipal.

Cumprindo o compromisso de manter o Orçamento Participativo, a Prefeitura realizou todas as etapas do Ciclo, com debates e definições das prioridades para o município.

O ciclo do OP se caracteriza por três grandes momentos prioritários: as reuniões preparatórias, a Rodada Única de Assembleias Regionais e Temáticas e a Assembleia Municipal.

O OP é um processo dinâmico que se adequa periodicamente às necessidades locais, buscando sempre um formato facilitador, ampliador e aprimorador do debate entre o Governo Municipal e a população.

Por ser um importante instrumento de participação popular, o OP é referência para o mundo. Conforme a ONU, a experiência é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo.

O Banco Mundial reconhece o processo de participação popular de Porto Alegre como um exemplo bem-sucedido de ação comum entre Governo e sociedade civil.

Esse reconhecimento manifesta-se de outras formas.

Todo ano, representantes de prefeituras brasileiras e estrangeiras, entre estudiosos do mundo inteiro, chegam à Capital com o objetivo de conhecer o OP, falar com lideranças comunitárias e conhecer obras decididas pela população.

Muitas dessas prefeituras adotaram a participação popular, como é o caso de Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Motevidéu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Bruxelas (Bélgica), Belém (Pará), Santo André (SP), Aracaju (Sergipe), Blumenau (SC) e Belo Horizonte (MG).

A atual administração da Capital mantém o OP seguindo os mesmos passos previstos em seu Regimento Interno e busca fortalecer e qualificar o processo para que atenda um número ainda maior de pessoas.

Mas, apesar de todo o envolvimento, trabalho e responsabilidade dos Conselheiros nem tudo que é votado para o ano, chega a ser realizado.

Em São Leopoldo, por exemplo, cidade a 30 km de Porto Alegre, somente 95% das obras de 2006 foram feitas, das demandas previstas para 2007 85% foram realizadas e das de 2008 só 30% estão concluídas.

Para 2009 o OP de São Leopoldo foi modificado, será o Congresso das Cidades, que deverá definir mudanças estratégicas com delegados escolhidos em vilas e bairros. (Jornal Zero Hora 06/07/09 pag 10)

Porque isto acontece? Porque não temos no momento líderes de forte presença popular que possam levantar a sociedade em defesa de seus interesses, permitindo que os Governos acabem executando as obras de acordo com suas preferências.

Portanto, deve-se e pode-se incentivar a participação popular, mas é necessário que se faça com controle. Pois sem educação e sem controle não se vai a lugar nenhum.

Verificando o apreendido na modulo II da Prof. Fátima Anastácia, “**Instituições Políticas Brasileiras**”, vou encontrar, como já disse anteriormente, que somente na Constituição de 1988, a **Constituição Cidadã**, é que preve representatividade para o povo, pois até, então todas Constituições do Brasil que a antecederam previam fórmulas de manter o governo no poder, e, é somente nesta Constituição que o chamado Sistema “S” teve reconhecida e garantida sua forma de arrecadação para manutenção de seus serviços.

Bem do que até aqui foi descrito, consegui ver que Leis, Decretos e Normas e direitos estão previstos, mas para que tenham eficácia e necessário que se saiba exigí-los e para isto é necessário Educação.

Passo, então, a falar um pouco de Educação e dizer do grande prazer que tive ao cursar a disciplina do Prof. Miguel Arroyo: Educação Popular.

Esta disciplina foi um grande desafio para mim, pois não tinha conhecimento algum de Educação Popular, jamais tinha lido Paulo Freire, e, também não trabalho na área de educação.

E, aí diante da proposição final do professor - **Investigar e mapear que visões preconceituosas, negativas, e que visões positivas sobre o povo predominam nas pessoas com quem você convive, nas instituições onde você trabalha e/ ou nos projetos que desenvolvem** - me pus a pensar, de como respondê-la. Foi um senhor desafio.

Lembrei-me, num primeiro momento de que, como membro da Comissão Estadual de Emprego e Renda do Estado do Rio Grande do Sul, tinha feito alguns treinamentos, de como executar melhor as tarefas da Comissão, com o pessoal do DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômico.

Lembrei-me, também, de que o SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, do qual faço parte do Conselho Deliberativo, tanto a nível de Estado como a nível Nacional, é uma Instituição dedicada à educação.

Assim, resolvi apresentar a pergunta ao Prof. Cássio Calvete Economista do DIEESE RS e professor de Economia da PUCRS, sendo seu trabalho principal: assessoria para o movimento sindical.

E para a Prof. Fabiane Franciscone Gerente de Educação Superior do SENAC RS.

Este procedimento me propiciou uma visão do problema pela ótica dos trabalhadores e dos empregadores.

Incluo a esta monografia, o posicionamento de cada um dos dois, começando pelo **Prof. Cássio Calvete**

Em geral há uma confusão em associar falta de educação formal com falta de conhecimento e/ou falta de capacidade cognitiva.

É verdade que o conhecimento é adquirido nos bancos escolares porém também é adquirido no dia-a-dia, nas atividades de lazer ou na atividade laboral. Um trabalhador adquire um conhecimento empírico na sua atividade que na maioria das vezes é mais útil para a produção que o conhecimento adquirido em cursos.

Outro aspecto que está eivado de preconceito é quanto ao diagnóstico da evasão escolar na população de baixa renda. É comum ouvirmos que a evasão ocorre em função da má índole, preguiça ou pela não valorização da educação em si. O que se ouve pouco, é um diagnóstico profundo dos motivos da evasão escolar que muitas vezes está associada a impossibilidade de frequentar a escola pela necessidade de lutar pela sobrevivência e outras vezes está associada ao desinteresse do aluno. Porém, o importante é buscar as causas do desinteresse. Não raro, ele advém da inadequação do método e da forma de exposição com a realidade do aluno.

Cartilhas usadas em escolas na periferia das grandes cidades muitas vezes estão longe da realidade do seu aluno. Certa vez, em visita a uma escola pública li em um texto que auxiliava a alfabetização a seguinte frase:

“Como começa o dia do Zezinho:

Zezinho acorda as 7:00 horas para ir escola. Enquanto ele toma o café da manhã a mãe dele tira o carro da garagem para leva-lo para a escola.

Provavelmente está situação não se enquadra no dia-a-dia da grande maioria dos alunos, o que leva ao desestímulo e a evasão escolar. Além, é claro, da maior dificuldade em atingir os objetivos porque o método de ensino e os exemplos utilizados não fazem parte do mundo do aprendente o que exige um maior esforço para ele entender o conteúdo como um todo.

Continuo com o relato da **prof. Fabiane**:

O Senac-RS assenta suas ações na concepção de que a educação é um direito social inalienável de todo o cidadão, independentemente de sua condição social, cultural, étnica ou religiosa. Nessa concepção educar para a vida e para o trabalho é

-construir caminhos potencialmente formadores de cidadãos-trabalhadores críticos, solidários e conscientes de seu papel na sociedade e no mundo do trabalho, oportunizando-lhes uma formação sólida e abrangente, que se constitua em fator de inclusão social e de realização pessoal e profissional; garantir a unidade pedagógica da instituição, independentemente do nível ou da modalidade de educação.

Entendemos que o ponto de partida para a construção de qualquer projeto educativo, deva ser a rigorosa *investigação* referente às concepções e ideologias que sustentam e direcionam as ações dos profissionais da educação, na instituição a que se destina.

Na educação profissional que o Senac-RS se propõe desenvolver, o currículo oportuniza a apropriação de competências fundamentais para a formação de trabalhadores conscientes do seu papel frente às demandas sociais e profissionais, percebendo-se responsáveis pela construção de relações mais humanizadas no mundo do trabalho. É através dele que a escola planeja, sistematiza, faz ciência e cria atividades pedagógicas, valorizando aos interesses e ao desenvolvimento integral dos alunos. Através do currículo pretende-se formar um *sujeito-agente* transformador no meio social em que está inserido.

É importante salientar que o “*modo* como estas propostas são desenvolvidas”, revelam as concepções que sustentam as práticas docentes. Este *modo* de atuar é, assim, um elemento potencialmente produtor de conceitos, comportamentos, princípios, valores e de formas de viver a cidadania.

Nesse sentido, parece que se faz necessário *romper com concepções* que secularmente têm sustentado o campo educacional, no que se refere a organização escolar e sua relação com o trabalho. É importante salientar a necessidade de superar a passividade dos alunos em relação à construção de suas aprendizagens, criando estratégias através das quais os mesmos se tornem investigadores do mundo em que estão inseridos, buscando o conhecimento, refletindo, pesquisando, trabalhando em equipe, superando a visão dualista da teoria e prática.

Dialogando com Freire¹, entendemos que não existe *a educação*, mas *educações*, ou seja, formas diferentes de os seres humanos partirem do que são para o que querem ser. O *currículo* é, então, “a política, a teoria e a prática do *que-fazer* na educação, no espaço escolar, e nas ações que acontecem fora desse espaço, numa perspectiva crítico-transformadora” (SAUL, 2008, p. 120).

Nesse sentido propomos uma organização curricular organizada a partir de três dimensões fundamentais: a *técnica*, a *essencial* e a *humanista*. A primeira refere-se a aspectos específicos da formação para o trabalho, os quais são temporais e precisam ser constantemente renovados, pois estão intimamente relacionados às demandas mercadológicas, que se transformam continuamente.

Já no que se refere à dimensão essencial, visamos atender às necessidades do perfil profissional requerido pelo mundo do trabalho, porém em um caráter mais estável, vinculado à construção de competências duradouras e necessárias ao exercício profissional. São elementos relacionados à gestão, à liderança, à criatividade, ao empreendedorismo, entre outros.

Entendemos que a dimensão humanista oferece a devida sustentação para a vida profissional e *pessoal-social* dos sujeitos envolvidos. São condições fundamentais para a vida

¹Para Danilo Streck aquilo que aproxima algumas pessoas de Freire é o mesmo que afasta outras. Para os primeiros, o encanto está na simplicidade das coisas que diz. Há uma obviedade inquietante em suas afirmações e que desafia a querer saber mais. Ele tinha consciência deste seu papel de *peregrino do óbvio*, como ele mesmo dizia. Mas esta simplicidade nada tem a ver com o fácil ou superficial. Um exemplo deste óbvio é quando ele diz em ***Pedagogia do oprimido*** que nenhuma ordem autoritária sobreviveria se todos comessem a fazer esta pergunta básica: “Por quê?”. A identificação com sua obra implica determinadas opções ideológicas e metodológicas que se confrontam e dialogam com outras opções.

em sociedade e para a evolução do SER HUMANO em seu processo de humanização pessoal e do mundo em que vivemos. Apostamos nessa dimensão, como potencialmente transformadora das relações estabelecidas na contemporaneidade, incluindo, assim, as relações do atual mundo do trabalho.

Entendendo que o conhecimento-reconhecimento é o que Sousa Santos (2005) designa por solidariedade, uma vez que “conhecer é reconhecer, é progredir no sentido de elevar o outro da condição de objeto à condição de sujeito” (SOUSAS SANTOS, 2005, p. 30), consideramos que a escola precisa ser um lugar de reconhecimento do outro e, assim, de construção da coletividade, na permanente construção da solidariedade, da esperança, do amor e da alegria (FREIRE, 2000). Nesse sentido, nossa proposta pedagógica requer que os estudantes estejam atentos às necessidades dos colegas, prestando-lhes ajuda, bem como pedindo ajuda e/ou permitindo ser ajudado, sempre que pertinente. Requer, também, que os mesmos sejam incentivados a refletir e entender que o *bem comum/coletivo* é imprescindível para o *bem individual*, uma vez que somos seres sociais, vivemos *em relação*.

Senac/RS propõe a construção de um indivíduo que preserve a qualidade de vida, os valores individuais e coletivos que contribuam para a melhoria da sociedade, preservando o respeito ao próximo e a solidariedade, tendo como direção o *bem comum*.

Sendo assim, o SENAC/RS, por meio de suas práticas educativas, busca a formação de *homens e mulheres* que percebam sua incompletude (FREIRE, 2000), favorecendo a permanente construção de sua identidade pessoal e profissional, comprometendo-se com a sua formação e qualificação. Busca, portanto, a construção de cidadãos e cidadãs solidários, criativos, críticos e éticos, que se adaptem com flexibilidade a novas situações, que atuem de forma autônoma e consciente, buscando a transformação dos contextos nos quais se inserem - sempre que eticamente apropriado.

OBS. Este texto é um recorte do Projeto Político Pedagógico do Senac-RS – Construindo Projetos de Vida.

Creio que com as duas entrevistas, pode-se concluir que são duas formas diferentes de educar, mas ambas válidas por ser seu objetivo final a capacitação das pessoas dentro de suas possibilidades e necessidades mais prementes.

Com elas penso ter respondido a primeira pergunta, quanto a confrontação com a auto imagem do povo faço minhas as palavras do prof. Cássio:

Em geral, os trabalhadores militantes do movimento sindical e particularmente os líderes sindicais tem uma visão positiva da sua capacidade. Apesar da falta de reflexão organizada e metódica sobre a sua situação pessoal e da situação dos outros indivíduos da sua classe social eles tem um diagnóstico muito preciso das suas dificuldades. Também, eles tem uma exata dimensão da importância do seu papel na sociedade. Importância enquanto trabalhador responsável pela produção dos bens e serviços do país e importância enquanto líder (ou militante) sindical que está a frente de uma luta pela melhoria das condições de vida da sua classe social.

Pelo pesquisado, vê-se que o Brasil sempre teve um grande déficit educacional. Educacional que compreende a capacitação para o trabalho.

E mesmo respeitando o que o Prof. Miguel Arroyo disse no início do texto de leitura obrigatória nº 1, de seu módulo: “**Pedagogias em movimento**”:

“que em estudos diversos foi muito mais destacado o trabalho como deformador sob as relações capitalistas de produção do que o trabalho como princípio educativo, formador”

Tenho convicção que sem trabalho não há desenvolvimento, não há progresso.

Sem este componente básico, fica muito mais difícil chegar à justiça social.

Apesar disto, respeito o Mestre Paulo Freire, pois entendo que Educação Popular é um processo de superação de falta de alfabetização e de apropriação de novos instrumentos para a cidadania ativa, que é a fonte de transformação sociopolítica.

Muito bem, feito este preambulo teórico, passei a pesquisar qual o tema que estaria contemplando direitos garantidos pela Constituição, Controle Externo e Interno de suas atividades, que tivesse um Conselho de Administração com representação de Empregadores, Trabalhadores e Governo que tivesse uma administração que se utilizasse das mais modernas ferramentas de gestão e que antes de mais nada trabalhasse com Educação, já que o grande

problema do Brasil sempre foi e ainda é a deficiência na área de Educação e Capacitação.

Veja que a poucos dias o sr. Crismeri Correa, vice-presidente de Gestão e Inovação da associação Brasileira de Recursos Humanos no Rio Grande do Sul, quando instado sobre a abertura de novas vagas, tanto na indústria como no comércio em função do período que se avizinha de grande crescimento da economia no país, disse:

“no Estado existem vagas com dificuldade para serem preenchidas por falta de candidatos que se enquadrem nas necessidades das empresas. Na indústria, valoriza-se muito os cursos técnicos e, no comércio procuram-se pessoas que tenham conhecimentos do produto e ao mesmo tempo qualidades pessoais para um bom atendimento.”

Portanto, dentro do aprendido, procurei um trabalho onde pudesse encontrar participação e representação. Pudesse ver relações entre o Estado e a Sociedade, pudesse discutir formas de gestão com controle público.

Pudesse ver a importância da Constituição de 1988 na organização da Sociedade, na sua preservação e nos seus direitos, e, finalizando o mais importante de tudo pudesse ver a **educação**. Educação esta para o trabalho, para a Sociedade, enfim, para a vida. Educação subsidiada para os mais carentes como forma de inclusão social.

Assim, conclui que o exemplo mais representativo, que engloba possibilidades de discutir todos os itens sugeridos acima, **é o estudo do Sistema “S”**.

Portanto, pelas razões apresentadas minha monografia será sobre o Sistema “S” em especial o SENAC, na capacitação do trabalhador brasileiro.

CAPÍTULO 2 - BASE BIBLIOGRÁFICA E METODOLOGIA

Definido o tema da monografia, debruçei-me a pesquisar bibliografia existente sobre o assunto.

A Constituição de 1988 em seu Art. 240 mantém o recolhimento das contribuições sociais calculadas sobre as folhas de salários. Estas contribuições, no caso do SENAC 1%, são remetidas às entidades integrantes do Sistema Sindical.

Estas entidades de serviço social e de formação profissional almejam, em linhas gerais, a geração e a difusão de conhecimentos aplicáveis ao desenvolvimento de suas áreas específicas de atuação, por meio da formação de recursos humanos e do oferecimento de serviços à comunidade.

Em Werther Spagnol, encontrei considerações da mesma ordem, origem, arrecadação e destino das contribuições sociais.

Já na dissertação de Neutzling (2005) **CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PARA TERCEIROS**, foi abordado o mesmo tema, contribuições sociais para terceiros, apresentando a natureza jurídica, as críticas favoráveis e desfavoráveis, as obrigações decorrentes do contrato de trabalho, bem como uma descrição das entidades ou dos programas que são beneficiados com este tributo que é arrecadado do empregador, sob o montante da folha de pagamento de sua empresa.

Através destas leituras, pude ver que existe uma grande controversia, a respeito do Sistema “S” e sua forma de remuneração. Uma parcela de integrantes do governo, com menos conhecimento das atividades e serviços prestados pelo sistema reivindica a estatização do sistema.

Mas Giongo (1995) em sua dissertação *A TRAJETORIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO SESI-RS: DO ASSISTENCIAL AO POLÍTICO GERENCIAL – NOVOS PARADIGMAS, NOVOS RUMOS* mostra uma retrospectiva histórica da importância do SESI relacionada ao Serviço Social Brasileiro e latino-americano.

Enquanto Rego (2002) na dissertação *A RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO RESPOSTA DO SISTEMA S AO AMBIENTE INSTITUCIONAL BRASILEIRO PÓS-DÉCADA DE 1990: O CASO DO SESC* diz, resumidamente, que o trabalho visou examinar as pressões que o ambiente institucional brasileiro vem exercendo sobre o SESC, levando em conta, as mudanças observadas na década de 1990 no âmbito das relações Estado-mercado-sociedade mostrando, em ambas dissertações a importância do trabalho social feito pelas Entidades.

Consultado ainda outros documentos entre os quais relatórios anuais do SENAC de 1988 e 1989 pude verificar a assertiva das dissertações indicadas e me convencer do trabalho a ser apresentado.

METODOLOGIA

Estudando as diversas metodologias disponíveis e a especificidade do tema a abordar, me deparei com YIN, (1981) e a seguinte definição para estudo de caso: *é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto*. Assim estudos de caso diferem do método histórico, por se referirem ao presente e não ao passado.

Muitos confundem estudo de caso com método qualitativo. Yin (1981) discorda desta posição e esclarece que o estudo de caso tanto pode trabalhar com evidência quantitativa como qualitativa. Além disto, continua o autor, o estudo de caso não requer necessariamente um modo único de coleta de dados, como a observação participante, por exemplo.

A falta de um esquema conceitual rígido indica maior flexibilidade na análise dos resultados. Esta flexibilidade, entretanto, pode criar problemas. Como aponta Yin (1981) todos eles decorrentes da falta de direcionamento do pesquisador ao conduzir a análise dos resultados. Uma falha comum encontrada numa análise de estudos de caso é a tendência de o pesquisador elaborar longos textos explanativos para certos elementos do estudo, como

entrevistas individuais, reuniões, relatórios, enquanto o melhor seria que a análise fosse guiada por algumas proposições, questões ou atividades.

Outra recomendação do mesmo autor é que à medida que a análise progride, os tópicos podem ser reorganizados, e, finalmente, dados qualitativos e quantitativos que se referem ao mesmo tópico devem ser combinados.

O estudo de caso tem sido amplamente utilizado na pesquisa acadêmica, embora nem sempre seja bem compreendido ou avaliado. É difícil sintetizar o material, visto que não há consenso sobre a natureza dessa estratégia de pesquisa.

Conforme Kitay e Callus (1998), não há padrões universalmente aceitos para seu uso e muitos consideram que esta estratégia de pesquisa é mais arte do que ciência.

Uma série de artigos e livros tem sido publicados ultimamente em defesa do estudo de caso, mas muitas vezes altamente complexos.

Assim antes de decidir pelo estudo de caso como metodologia a empregar no caso do trabalho para o qual me proponho, verifiquei que para Stake(1994), o estudo de caso não é um método, mas a escolha de um objeto a ser estudado. O estudo de caso pode ser único ou múltiplo, e a unidade de análise pode ser um ou mais indivíduos, grupos, organizações, eventos, países ou regiões.

Entretanto, para Platt (1998), mesmo quando mais de um caso for pesquisado, a individualidade de cada caso é retida e o número de casos em si não é considerado significativo.

Segundo Hartley (1994) o ponto forte do estudo de caso, reside em sua capacidade de explorar processos sociais à medida que eles se desenrolam nas organizações. Seu emprego permite entre outros, uma análise processual, contextual e longitudinal das várias ações e significados que se manifestam e são construídos dentro das organizações.

Ponderando todas as informações, e, de acordo com o apreendido, e o tipo de tema a desenvolver, resolvi escolher o estudo de caso como metodologia a empregar na realização do mesmo.

Os dados pesquisados foram levantados através de questionários aplicados à administradores do SENAC, atuais e antigos, trabalhadores capacitados na Entidade, que recém terminaram a capacitação e alunos em curso, no que diz respeito a seu treinamento e expectativa de futuro.

CAPITULO 3 - A ORIGEM DOS “S” E SEU FUNDAMENTO LEGAL

No fim da década de 30 e início de década de 40 o Brasil encontrava-se num ciclo de desenvolvimento baseado principalmente na política econômica adotada pelo Presidente Getúlio Vargas.

O Estado seria o responsável por apoiar o crescimento da indústria a partir da criação das indústrias de base e por ações de proteção ao trabalhador, por exemplo, através da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho em criada em 01/05/1943).

Assim, também, várias indústrias estatais e institutos de pesquisa foram criados no período. Entre as empresas estatais criadas por Vargas, podemos citar a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945).

Um dos efeitos da Segunda Guerra Mundial foi a demanda cada vez maior de artigos industrializados, que a incipiente indústria nacional procurava atender.

Como até o início da década de 30 o Brasil fora um país essencialmente agrícola, vide os ciclos da borracha e do café, entre outros exemplos, faltava mão de obra especializada.

Assim, a partir de um processo de discussão entre o empresariado organizado e o Governo, a maneira de financiar e viabilizar a oferta de operários especializados veio através do DL (PL?) 4048 de 22/01/1942 que criou o SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial cujo objetivo era, e continua a ser, a capacitação do trabalhador brasileiro para as atividades nas fábricas.

Naturalmente, com o desenvolvimento industrial uma maior quantidade de empregos foi gerada e tendo mais compradores o comércio foi fortalecido, conseqüentemente, sentiu-se

a demanda por trabalhadores mais qualificados. O resultado foi a fundação do SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em 1946 através do DL (PL?) 8621.

Mas, o operariado insatisfeito com as condições de trabalho e com os salários recebidos realizava uma agitação sindical. Com a missão de promover a “paz social” foram criados também em 1946 o SESI Serviço Social da Indústria DL 9403 e o SESC Serviço Social do Comércio, DL 9853 de 13/09/1946 que tinham como missão atuar no sentido de minimizar a problemática social. Sua clientela era especificamente definida pelos trabalhadores e familiares provenientes dos setores da indústria para o SESI e do comércio e serviços para o SESC.

Estes 4 “S” foram o embrião do sistema. Somente a partir da Constituição de 1988 - a Constituição Cidadã, que inseriu em seus Artigos. 149 e 240 a outorga de poder à União Federal de instituir contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas e fazer os recolhimentos dos empregadores sobre as folhas de salários endereçados às entidades privadas de serviço social e formação profissional foi que surgiram os seguintes novos “S”:

* SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), Lei 8706, 14/09/93

* SEST (Serviço Social do Transporte), Lei 8706, 14/09/93

* SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), Lei 8315, 23/12/1991

* SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas) Lei 8029 de 12 de abril de 1990

* SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) Medida Provisória 1715 de 03/09/1998

O Governo Brasileiro, no documento Nova Política Industrial (Brasil, 2002), define sistema “S” como “Sistema formado por SENAC, SESC, SENAI, SESI, SEBRAE, SENAR, SENAT e SEST”.

Esta definição é questionável uma vez que estas organizações não constituem propriamente um sistema, apesar de todas terem como foco principal a formação e a capacitação, a cultura e o lazer do trabalhador para as necessidades específicas de cada setor da atividade representada. A única semelhança que estes órgãos de serviços tem entre si são as contribuições compulsórias cobradas das empresas de cada setor empresarial pelo governo e repassadas às Instituições com deságio de 3,5% (três e meio por cento) referentes ao serviço de cobrança.

Entretanto, mesmo não sendo um Sistema, é muito grande a contribuição de todos na formação do trabalhador.

Para se ter uma idéia, grandes líderes nacionais tiveram sua capacitação básica realizada em algum dos “S”.

O presidente Lula é por profissão torneiro mecânico formado pelo SENAI de São Paulo. Tentei entrevistá-lo através do site “fale com Presidente” sobre a importância para sua vida de ter feito o curso de torneiro mecânico, mas infelizmente recebi de sua assessoria a resposta que encontra-se no anexo.

Acompanhado de perto os discursos e opiniões do Presidente, e vi com satisfação que no discurso do dia 26 de janeiro deste ano no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, o presidente Lula disse: *que no Fórum Mundial Econômico vai mostrar que ele, um torneiro mecânico, foi o Presidente que mais construiu escolas técnicas e universidades.*

Esta declaração foi suficiente para demonstrar a importância que seu curso de torneiro mecânico teve para a vida dele.

O senador Paulo Paim (PT-RS) responsável pelos Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e outros, também, foi aluno do SENAI.

Entrevistado em novembro de 2009 em Porto Alegre, sobre a importância do SENAI em sua vida profissional e política, disse que foi fundamental, pois aos doze anos de idade vendia frutas na rua. No SENAI além da capacitação básica, aprendeu disciplina e a olhar para frente. Acha que o SENAI já fez muito pela capacitação dos jovens, mas ainda poderá fazer muito mais.

Falar de cada um dos “S” individualmente seria um trabalho árduo, longo e não conseguiria no tempo concedido finalizá-lo a bom termo.

Assim resolvi focar no SENAC e suas ações. Será o SENAC o objeto escolhido e as entrevistas realizadas, cujos resultados mostrarão a relevância e a responsabilidade social de todas as Instituições “S” para o trabalhador brasileiro.

CAPÍTULO 4 - ESTRUTURA E ATUAÇÃO DO SENAC

O SENAC está estruturado de acordo com o Regulamento aprovado pela Presidência da República conforme o art. 83 item II, da Constituição Federal vigente desde 05 de dezembro de 1967 e que diz:

Art. 1º - O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC é organizado e administrado pela Confederação Nacional do Comércio CNC nos termos do Decreto-Lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946, tem por objetivo:

- a) realizar, em Escolas ou centros instalados e mantidos pela Instituição, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem comercial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob sua jurisdição, nos termos do dispositivo constitucional e da legislação ordinária;
- b) orientar, na execução da aprendizagem metódica, as empresas às quais a Lei concede essa prerrogativa;
- c) organizar e manter cursos práticos ou de qualificação para o comerciário adulto;
- d) promover a divulgação de novos métodos e técnicas de comercialização, assistindo por este meio, aos empregadores na elaboração e execução de programas de treinamento pessoal dos diversos níveis de qualificação;
- e) assistir, na medida de suas disponibilidades, técnicas e financeiras, às empresas comerciais, no recrutamento, seleção e enquadramento de seu pessoal;
- f) colaborar na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial e do ensino superior imediato que com ele se relacionar diretamente

Art 2º - A ação do SENAC abrange:

- a) em geral, o trabalhador no comércio e atividades assemelhadas, e, em especial, o menor aprendiz;
- b) a empresa comercial e todo o conjunto de serviços auxiliares do comércio
- c) a preparação para o comércio.

Art 3º - Para consecução de seus fins, incumbe ao SENAC:

- a) a) organizar os serviços de aprendizagem comercial e de formação, treinamento e adestramento para o comerciário adulto, adequados às necessidades e possibilidades locais, regionais e nacionais, do mercado de trabalho.
- b) b) Utilizar os recursos educativos e assistenciais existentes tanto públicos como particulares
- c) c) Estabelecer convênios, contratos e acordos com órgãos públicos profissionais e particulares e agências de organismos internacionais, especialmente de formação profissional e de pesquisa de mercado de trabalho;
- d) Promover quaisquer modalidades de cursos e atividades especializadas em aprendizagem comercial;
- e) Conceder bolsas de estudo, no País e no estrangeiro, ao seu pessoal técnico para formação e aperfeiçoamento;
- f) Contratar técnicos, dentro e fora do território nacional, quando necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus serviços
- g) Participar de congressos técnicos relacionados com suas finalidades;
- h) Realizar direta ou indiretamente no interesse do desenvolvimento econômico-social do País, estudos e pesquisas sobre as circunstâncias vivenciais de seus usuários, sobre a eficiência da produção individual e coletiva, sobre aspectos ligados à vida do comerciário e sobre as condições socioeconômicas da empresa comercial;
- i) oferecer formação inicial, com mínimo de cento e sessenta horas, em programa de gratuidade;

- j) Reconhecer e certificar a experiência profissional como formação inicial dos trabalhadores, inserida nos itinerários formativos como condição para realização de cursos iniciais de menor duração;
- k) Utilizar a metodologia dos itinerários formativos como princípio da educação continuada para oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e de educação profissional técnica de nível médio
- l) Garantir oferta de vagas gratuitas em aprendizagem, formação inicial e continuada e em educação profissional técnica de nível médio, a pessoas de baixa renda, na condição de alunos matriculados ou egressos da educação básica, e a trabalhadores, empregados ou desempregados, tendo prioridade no atendimento aqueles que satisfizerem as condições de aluno e de trabalhador, observado o disposto nas alíneas “i”, “j” e “k”

Parágrafo único - O SENAC deverá comprometer dois terços de sua Receita de Contribuição Compulsória Líquida para atender o disposto na alínea “l”.

Vistas as finalidades, vamos ver no Art. 12 a organização administrativa do SENAC que compreende:

I – Administração Nacional (AN), com jurisdição em todo o país e que se compõe de:

- a) Conselho Nacional (CN) – órgão deliberativo
- b) Departamento Nacional (DN) – órgão executivo
- c) Conselho Fiscal (CF) – órgão defiscalização financeira.

II – Administrações Regionais (AR), com jurisdição nas bases territoriais correspondentes e que se compõem de:

- a) Conselho Regional (CR) – órgão deliberativo
- b) Departamento Regional (DR) – órgão executivo

Poderíamos agora descrever, uma a uma as atividades de cada um destes órgãos, mas tendo nosso curso o objetivo de formar e capacitar Conselheiros Nacionais vou me restringir a descrever a formação e competência do Conselho Nacional (CN).

O Conselho Nacional com jurisdição em todo o país, exerce as funções de planejamento, fixação de diretrizes, coordenação e controle das atividades do SENAC. Sua função normativa superior está em inspecionar e intervir, correccionalmente em qualquer setor institucional da Entidade. Sua composição é a seguinte:

I – do Presidente da Confederação Nacional do Comércio, que é seu presidente nato;

II – de um Vice-Presidente

III – de representantes de cada CR, a razão de um por cinquenta mil comerciários, ou fração de metade mais um, no mínimo de um e no máximo de três;

IV – de um representante do Ministério da Educação, e respectivo suplente, designados pelo Ministro de Estado;

V - de um representante e respectivo suplente, do Ministério do Trabalho e Emprego, designados pelo Ministro de Estado;

VI – de um representante e respectivo suplente, do Instituto Nacional do Seguro Social INSS, designados pelo Ministro de Estado da Previdencia Social;

VII – de um representante de cada Federação Nacional, eleito com o suplente, pelo respectivo Conselho de Representantes;

VIII – de seis representantes dos trabalhadores, e respectivos suplentes, indicados pelas Centrais Sindicais que atenderem aos critérios e instruções estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; e

IX – do Diretor-Geral do Departamento Nacional.

Parag. 1º - Os representantes de que trata o inciso III e seus respectivos suplentes serão eleitos, em escrutínio secreto, pelo CR respectivo, dentre os sindicalizados do comércio,

preferentemente membros do próprio CR, em reunião destinada a este fim especial, a que compareçam, em primeira convocação, pelo menos dois terços de seus componentes ou, em segunda convocação no mínimo vinte e quatro horas depois, com qualquer número.

Parag 2º - Os membros do CN exercerão as suas funções pessoalmente, não sendo lícito fazê-lo através de procuradores, prepostos ou mandatários.

Parag 3º - Nos impedimentos, licenças ou ausências do território nacional, ou por qualquer motivo de força maior, os Conselheiros serão substituídos nas reuniões plenárias:

I – O Presidente da Confederação Nacional do Comércio, pelo seu substituto estatutário;

II – Representantes dos Conselhos Regionais pelos respectivos suplentes;

III – Os demais, pelos respectivos suplentes e por quem for credenciado pela fonte geradora do mandato efetivo

Parag. 4º - Cada Conselheiro terá direito a um voto em plenário.

Parag 5º - Os Conselheiro a que se referem os incisos I, III e IX do *caput* estão impedidos de votar em plenário, quando entrar em apreciação ou julgamento atos de sua responsabilidade nos órgãos da Administração Nacional ou Regional da Entidade.

Parag 6º - O mandato dos membros do Conselho Nacional terá a mesma duração prevista para os mandatos sindicais, podendo ser interrompidos os dos incisos IV, V, VI e VIII do *caput*, em atos de quem os designou.

Definida a constituição do Conselho, acho de suma importância relatar as competências deste Conselho Nacional. Portanto ao Conselho Nacional compete:

- a) aprovar as normas para oferta de vagas gratuitas e as regras para observância do disposto no parágrafo único do Art. 3º
- b) aprovar o relatório da AN e o Relatório Geral do SENAC
- c) aprovar o orçamento da AN e suas retificações

- d) autorizar as transferências e as suplementações orçamentárias da AN, submetendo a matéria a autoridade oficial competente, quando a alteração for superior a 25% em qualquer verba.
- e) Aprovar o balanço geral e a prestação de contas, ouvido, antes o Conselho Fiscal
- f) Sugerir aos órgãos competentes do Poder Público e as Instituições privadas, medidas julgadas úteis ao incremento e aperfeiçoamento da aprendizagem comercial, especialmente na parte das legislações do ensino e do trabalho;
- g) Aprovar o quadro de pessoal da AN, como os respectivos padrões salariais, fixando as carreiras e os cargos isolados, e a lotação dos servidores na Secretaria do CF;
- h) Determinar ao DN e as ARs as medidas que o exame de seus relatórios sugerir;
- i) Instituir Delegacia Executiva (DE) nas unidades políticas onde não existir Federação Sindical do Comércio
- j) Baixar normas gerais para disciplina das operações imobiliárias da AN e das Ars e autorizá-las em cada caso;
- k) referendar os atos do Presidente do CN praticados sobre esta condição;
- l) determinar a intervenção nas Ars, nos casos de falta de cumprimento de normas de carácter obrigatório, de ineficiência de administração ou de circunstâncias graves que justifiquem a medida observando o processo estabelecido no regimento do SENAC;
- m) elaborar o seu Regimento Interno que, nos princípios básicos será considerado padrão para os Regimentos Internos das Ars;
- n) aprovar o Regimento Interno do DN e homologar o do CF;
- o) autorizar convênios e acordos com a Confederação Nacional do Comércio e outras entidades, visando às finalidades institucionais, ou aos interesses recíprocos das signatárias;
- p) determinar inquérito para investigar a situação de qualquer AR;
- q) fixar as porcentagens de aprendizes a serem matriculados pelas empresas, bem como a duração dos cursos;
- r) autorizar a realização ou anulação de convênios que impliquem na concessão de isenção de contribuição devida ao SENAC
- s) autorizar a realização de acordos com órgãos internacionais de assistência técnica, visando a formação de mão de obra e ao aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico do SENAC e das empresas contribuintes;
- t) autorizar a realização de convênios entre o SENAC e entidades ou escolas de todos os níveis, visando a formação ou o aperfeiçoamento da mão de obra comercial.

- u) Estabelecer a verba de representação do Presidente do CN, fixar o jeton do Presidente e dos membros do CF e arbitrar diárias e ajudas de custo para seus membros, quando convocados e residirem fora de sua sede;
- v) Aprovar o regimento interno que se refere o paragrafo, único do Art, 4º
- w) Interpretar este regulamento e dar solução nos casos omissos.

Parag 1º - Cabe ao plenário aplicar penas disciplinares a seus membros, inclusive suspensão ou perda de mandato, consoante a natureza, repercussão e gravidade da faltas cometidas.

Parag. 2º - A decretação da perda de mandato do CN, implica incompatibilidade, automática e imediata, para o exercício de qualquer outra função representativa nos demais órgãos do SENAC.

Parag 3º - É lícito ao Conselho Nacional, igualmente, no resguardo e bom nome dos interesses do SENAC, inabilitar ao exercício de função ou trabalho na Entidade, por prazo determinado, qualquer pessoa, pertencente ou não a seus quadros representativos, que tenha causado prejuízo moral, técnico ou administrativo, ou lesão a seu patrimônio, depois de passado em julgamento a decisão sobre o fato originário.

Finalizando, o CN reunir-se-á, ordinariamente 3 vezes ao ano e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parag 1º -O CN se instalará com a presença de 1/3 (um terço) dos seus membros sendo necessário o comparecimento da maioria absoluta para as deliberações.

Parag 2º - as decisões serão tomadas por maioria de sufrágios, cabendo ao presidente o voto de qualidade nos empates verificados.

Os atos do Presidente, praticados *ad referendum*, se não forem homologados, no todo ou em parte, pelo Conselho Nacional, terá validade até a data da decisão do plenário.

Devo apresentar a seguir os principais programas de atuação do SENAC, mas antes devo apresentar o SENAC hoje, através da síntese dos resultados de 2008, últimos disponíveis:

Total de atendimentos: **2.224.136**

Matriculas: 1.227.136

Concluintes: 1.086.042

Atendimentos gratuitos: 1.034.016

Turmas: 73.055

Carga horária total: 1.142.865 horas

Municípios atendidos: **2.502**

Unidades operativas: **485**

Unidades móveis: **70** sendo 69 carretas escola e 1 balsa escola

Corpo docente: **20.887** professores

PROGRAMA DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

No mundo do trabalho, a juventude é hoje uma preocupação mundial. Oferecer aos jovens mais e melhores oportunidades e propiciar-lhes a chance de inserção no mercado de trabalho é o objetivo de políticas públicas incentivadas em inúmeros países.

No Brasil esta preocupação não é diferente. Políticas governamentais vêm estimulando o desenvolvimento de ações e programas de emprego e geração de renda voltados a este segmento populacional.

No SENAC, desde sua fundação em 1946, uma das prioridades é o atendimento à juventude, especialmente por meio do Programa de Aprendizagem Comercial, para atender aprendizes encaminhados pelas empresas do setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, o Programa já qualificou, gratuitamente mais de 440 mil jovens, somente em 2008 foram quase 32 mil alunos.

Ao longo de todos esses anos, o Programa de Aprendizagem vem se modificando para acompanhar as mudanças ocorridas nas leis do trabalho e da educação e, também, no mundo do trabalho. Assim, de acordo com as mais recentes leis e decretos federais, o Programa oferece uma ampla grade de cursos gratuitos a jovens maiores de 14 anos e menores de 24 anos que são encaminhados pelas empresas do setor. Com o Programa de Aprendizagem Comercial, o Senac forma jovens trabalhadores competentes. Mais do que isso, incentiva e propicia o surgimento de cidadãos ativos e conscientes de sua força.

SENAC MÓVEL

Não somente os grandes centros urbanos têm atendimento do SENAC, mas, também, os mais longínquos sertões são atendidos. Grande parte dessa atuação se deve ao trabalho das unidades móveis de ensino, desenvolvido pelo Senac há décadas.

Com uma frota de 69 carretas-escolas e uma balsa-escola, o programa leva, desde 1998, educação profissional e atividades diversas às regiões brasileiras mais isoladas e carentes desse tipo de serviço.

Desde 2000, existe a **balsa-escola** que atende à população ribeirinha de municípios do estado de Amazonas.

A balsa conta com dois andares, cada um com 180 metros quadrados, e com a mesma infra-estrutura e equipamentos das carretas. Em 2006, a balsa foi reformada e ganhou novos e mais amplos espaços de trabalho, como novos laboratórios, para oferecer cursos e atividades em mais áreas de atuação (Imagem Pessoal, Informática, Saúde, Gestão, e Turismo e Hospitalidade).

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Grande parte da programação de cursos do SENAC compreende a modalidade Formação Inicial e Continuada, seguida da Educação Profissional Técnica de nível médio e da Educação Superior.

Além dos cursos, o SENAC promove ações extensivas, como encaminhamento e colocação dos egressos no mercado de trabalho e atendimentos diversos, como a participação em congressos, feiras, palestras, seminários, exposições, entre outros eventos, que servem para disseminar conhecimento e informação.

Em 1989, com oferecimento do curso de tecnologia em Hotelaria pela Regional de São Paulo, o SENAC ingressou na educação superior.

Hoje são 8 os regionais que possuem faculdades com autorização do Ministério da Educação: Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Para aprender de verdade, nada melhor do que a prática. As empresas pedagógicas, criadas pelo SENAC na década de 50, estão espalhadas por todas as regiões brasileiras, permitindo que os alunos vivenciem a teoria num ambiente real e com infraestrutura necessária.

Atualmente, o SENAC conta com 74 empresas pedagógicas, sendo 6 hotéis-escola, 13 restaurantes-escola, 10 lanchonetes-escola, 43 salões de beleza-escola, 1 posto de combustível- escola e um supermercado-Escola.

Em 2008, essas empresas ganharam mais destaque com a inauguração de 2 novas lanchonete-escola, no Câmara dos Deputados; uma no Plenário e outra no Centro de Formação da Câmara.

As duas lanchonetes além de serem um espaço de aprendizagem e de produção de refeições de qualidade, são um meio pela qual o SENAC, investe na inclusão social. Os cursos de ajudante de cozinha e auxiliares de salão são gratuitos, sendo priorizados na seleção candidatos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, para que deste modo, tenham mais chances de se inserirem ou reinserirem no mercado de trabalho.

Em um país das dimensões do Brasil, nada mais adequado que a educação a distancia (EAD). Além disso, por meio da disseminação e do desenvolvimento tecnológico, a EAD vem despontando cada vez mais como o tipo de ensino com mais perspectiva de crescimento no Brasil e no mundo.

Como exemplo cito o nosso curso de capacitação de Conselheiros Nacionais que reuniu mais de 300 alunos do Oiapoc ao Chui.

O SENAC desde a década de 40 vem possibilitando acesso a um número maior de brasileiros residentes nos locais mais distantes dos centros urbanos, através de ações educativas, como teleconferências e programa radiofônico.

Em 2008 foram realizados 124 cursos, responsáveis por mais de 44 mil matrículas. Os cursos com maiores matrículas foram:

Língua Portuguesa 9.173 matrículas, **Matemática** 3.206 matrículas, **Computação Gráfica** 2.810 matrículas.

Diante de tantas oportunidades de educação e capacitação não poderia deixar de citar a Escola SENAC 24 horas. Estabelecida em Porto Alegre, RS esta aberta todos os dias da semana durante todo o ano sem fechar. Esta é mais uma oportunidade de estudo que o SENAC oferece àqueles trabalhadores que por um motivo ou outro não podem fazê-lo durante o dia.

Com vistas a Copa de 2014 o SENAC atuará lado a lado com o Governo Federal, pois assinou com o Ministério do Turismo termo de cooperação técnica para capacitação e qualificação de profissionais para a Copa de 2014.

PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE (PSG)

Em 05 de novembro de 2008 o Presidente LULA assinou o Decreto 6.633 que acresce os seguintes dispositivos ao Regulamento do SENAC aprovado pelo Decreto 61.843 de 05/12/1967.

O que é acrescentado?

Art. 33-A No montante anual da Receita Compulsória Líquida, aplicado pela NA e pelas Ars em programa de gratuidade, a que se refere o parágrafo único do Art. 3º serão computados recursos necessários ao custeio direto e indireto, à gestão e aos investimentos.

Art. 51. O percentual de recursos destinados a oferta de gratuidade, previsto no parágrafo único do Art 3º, deverá ser alcançado em 2014, obedecida a seguinte gradualidade:

I – no ano de 2009: vinte por cento

II – no ano de 2010: vinte e cinco por cento

III – no ano de 2011: trinta e cinco por cento

IV – no ano de 2012: quarenta e cinco por cento

V – no ano de 2013: cinquenta e cinco por cento

VI – no ano de 2014: sessenta e seis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento

Art. 52. O percentual de recursos destinados às ARs para oferta de gratuidade, previsto no parag. 5º do Art 32, deverá ser alcançado em 2014, iniciando-se em 2009, conforme gradualidade a ser fixada pelo CN.

A partir do PSG o SENAC amplia ainda mais o seu compromisso com o país ao oferecer, aos brasileiros de baixa renda, vagas gratuitas em diversos cursos.

O programa atenderá alunos matriculados ou egressos da educação básica e trabalhadores empregados ou desempregados. As pessoas que satisfizerem as duas condições – aluno e trabalhador – terão prioridade. A baixa renda, que será atestada mediante autodeclaração do postulante, é definida como renda familiar mensal *per capita* que não ultrapasse 1,5 salário mínimo federal.

O PSG permitirá que uma grande parcela da população brasileira tenha acesso, de modo inteiramente gratuito, às ações educacionais de qualidade do SENAC, em curso de Formação Inicial e Continuada e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Desse modo, terão uma chance maior de ingresso ou reingresso no mercado de trabalho.

O acompanhamento, a avaliação e as regras de desempenho do PSG estão sob controle de Departamento Nacional DN.

Assim o DN iniciou ainda antes da assinatura do Decreto os preparativos para que o PSG pudesse ser implantado com sucesso já a partir de 2009. Para isto constituiu uma

comissão de Acompanhamento, composta pelos coordenadores dos Núcleos de desenvolvimento (Nordeste, Sul/Sudeste, Amazonia e Centro Oeste), por representantes convidados dos Regionais de Minas Gérias, Rio de Janeiro e São Paulo e por diretores e técnicos do DN.

Responsável pela gerência e orientação das ações para a formatação do PSG, a comissão definiu uma série de pontos-chave que deveriam constar das diretrizes do PSG. Por meio da união dos conhecimentos e experiências de todos os integrantes – representativos das mais diversas realidades do país-, os grupos de trabalho conseguiram elaborar, em tempo recorde, a publicação das *Diretrizes do PSG*, documento referência para que todos os Regionais possam realizar as atividades do programa de forma uniforme nas diferentes regiões do Brasil.

Como estratégias de comunicação externa e interna, o DN elaborou uma série de ações para divulgar p PSG em todo o Brasil, Entre elas, destacam-se:

- cartilha em quadrinhos, com linguagem acessível e voltada para opúblico interno e para o público-alvo do programa;
- plano de comunicação, com fôlderes. Banner, entre outras mídias, a ser utilizado a critério dos Regionais incluindo spot de rádio e comercial de TV;
- hotsite com as principais informações sobre o programa;
- DVD informativo sobre o programa;
- teleconferencia interna direcionada a diretores, técnicos e demais empregados do Sistema.

A tabela a seguir mostra a previsão de matrícula em 2009 para o PSG

Tabela 1 - Previsão de matrícula em 2009 para o PSG

REGIÃO NORTE					
UF	Aprend	Capac	Aperf	Técnicos	Total
AC	490	340	-	40	870
AM	620	315	-	30	965
AP	547	246	-	55	848
PA	1.102	1.173	140	35	2.450
RO	500	512	-	135	1.147
RR	87	132	15	-	234
TO	150	903	220	5	1.278
Total da região					7.792
REGIÃO NORDESTE					
AL	587	985	1.120	18	2.710
BA	1.276	2.549	-	48	3.873
CE	1.480	2.257	-	70	3.807
MA	660	760	120	80	1.620
PB	407	1.068	-	-	1.475
PE	1.797	61	-	34	1.892
PI	489	567	811	-	1.867
RN	2.429	263	-	45	2.737
SE	350	811	-	120	1.281
Total da Região					21.262
REGIÃO CENTRO-OESTE					
DF	1.264	200	-	120	1.584
GO	1.912	260	-	112	2.284
MS	2.200	400	-	40	2.640
MT	1.186	96	-	10	1.292
Total da Região					7.800
REGIÃO SUDESTE					
ES	757	280	-	40	1.077
MG	8.670	-	-	300	8.970
RJ	4.595	4.155	995	1.468	11.213
SP	12.053	16.849	-	4.080	32.982
Total da Região					54.242
REGIÃO SUL					
PR	1.399	3.602	141	-	5.142
RS	6.639	4.244	-	283	11.166
SC	2.310	173	-	111	2.594
Total da Região					18.902
TOTAL NO BRASIL					109.998

O SENAC, ainda tem outros programas de inclusão, tais com “Soldado Cidadão”, “Programa educando para a cidadania” “Programa Nacional de Inclusão de Jovens” todos visando a capacitação do trabalhador brasileiro, que por serem de menor abrangência deixo de relatar.

Novamente, sendo o SENAC uma Instituição de âmbito Nacional, seria um trabalho muito grande examinar mais especificamente a atuação Estado por Estado, demandaria um

tempo muito além do previsto para apresentação desta monografia, razão pela qual vou tomar como exemplo o SENAC do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO 5 - O SENAC NO RIO GRANDE DO SUL

Entrevista com o Diretor Regional do SENAC no Rio Grande do Sul, Sr. José Paulo da Rosa:

Como o senhor vê a responsabilidade do SENAC na capacitação do trabalhador brasileiro?

Já em 1946 o estado não conseguia qualificar em número suficiente o trabalhador brasileiro, razão da criação do SENAC que a 6 décadas vem cumprindo com esmero sua função.

O mundo está em constante evolução e o trabalhador necessita de ser sempre qualificado para exercer suas funções, necessitando pois de constante aperfeiçoamento o que é facilmente obtido nos cursos do SENAC de qualificação continuada.

O SENAC, sempre teve cursos gratuitos, mas hoje em função Programa SENAC de Gratuidade, PSG, neste ano de 2009 só no Rio Grande do Sul, foram oferecidos mais de 23.000 vagas gratuitas, para pessoas de baixa renda.

Entre 80 e 90% dos inscritos que concluíram os cursos, cerca de 80% estão empregados.

Em 21 de dezembro de 2009, 1.300 alunos receberam o diploma do PSG, o que permitirá um 2010 especial. Junto com o Certificado, estes jovens receberam, também a oportunidade de ter a carteira assinada pela 1ª vez.

Veja o disseram alguns deles:

Amanda Eduarda Farias, 16 anos, formada no curso de aprendizagem do comércio: *a minha tia ficou sabendo do curso e me falou. Nas aulas eu aprendi a vencer a minha timidez, a falar melhor com as pessoas, a atendê-las e a me comportar como uma vendedora. Isto é importante porque o conhecimento que adquiri nas aulas vou levar para o resto d a minha vida, seja qual for a carreira que eu seguir. E não só na vida profissional, mas, me acompanhará na vida. Vou começar a trabalhar na Tumelero, e este será meu primeiro emprego. E, eu quero ainda crescer muito na empresa. E, mais tarde fazer vestibular para Administração ou Hotelaria.*

Amanda Karoline Fagundes Silveira, 18 anos, formada no curso assistente administrativo em instituições de caridade: *A minha mãe trabalha em Hospital e me deu a dica para fazer o curso. Vou começar a trabalhar no Hospital Mãe de Deus no mês que vem e vou me esforçar para continuar lá. Tenho como meta fazer o curso de Nutrição, porque eu gosto da área da saúde. Acho que minha vocação é cuidar das pessoas e o curso me ensinou e me estimulou a seguir este caminho.*

Kauê Charão Jahn, 17 anos, formado no curso de assistente administrativo: *vou começar em janeiro meu primeiro emprego de carteira assinada no Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana, que consegui por meio do curso. Foi depois que eu comecei a ter as aulas que parei para pensar no meu futuro, na minha carreira. Pretendo prestar vestibular para Informática e, com meu salário, pagar aulas e me tornar um webdesigner.*

Cristian Nunes, 22 anos, formado no curso de aprendizagem em comércio: *o curso me deu boa base, porque iniciar a carreira é difícil. A gente não sabe bem como se comportar, e o curso nos ensina a ver as coisas com olhos profissionais. Estou trabalhando desde abril na Asgarras, empresa de vigilância, e foi meu primeiro emprego de carteira assinada. Graças ao curso, não só comecei a trabalhar lá, como já fui efetivado. Quero crescer lá dentro e me tornar um ótimo profissional.*

Gabriel Moura de Oliveira, 17 anos, formado no curso de assistente administrativo: *eu fiquei sabendo do curso por meio de uma propaganda na TV, e minha família me incentivou a me inscrever para adquirir conhecimento e ter uma oportunidade de iniciar a vida profissional. Vou começar a trabalhar na Vigitec, empresa de segurança em janeiro e estou muito estimulado. Aprendi muita técnica e serviços de escritório, mas o curso me deu muito conhecimento sobre como me comportar em uma empresa e na vida profissional em geral,. Já*

prestei vestibular para Direito e passei em duas Universidades e ainda vou fazer o da UFRGS.

Vitor Antunes, 16 anos, formado no curso de aprendizagem em comércio: *resolvi fazer o curso porque estou pensando no meu futuro profissional e precisava incrementar meu currículo. Além de aprender a lidar melhor com as pessoas, tive boas noções de informática, como as aulas de Excel. Em janeiro começo a trabalhar na C&A e pretendo me dedicar para crescer na empresa. Para mim esta é uma oportunidade única, quero ser pontual e o melhor funcionário que puder ser.*

Pode-se ver pelos depoimentos que os cursos são, realmente de boa qualidade e proporciona bons resultados aos alunos.

Para participar dos cursos do PSG, é necessário que o aluno tenha de 14 a 24 anos com escolaridade básica concluída e cuja renda familiar não ultrapasse 1,5 salário mínimo nacional per capita.

A missão do SENAC do Rio Grande do Sul, é:

“Educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e Turismo”

A visão:

“Até 2020, a qualidade de produção e de disseminação do conhecimento do SENAC/RS permitirá um resultado operacional que possibilitará apicar 100% da contribuição compulsória em ações gratuitas”

O Plano de ação de 2009 foi construído de forma participativa, a partir da revisão do mapa estratégico 2007-2020, em uma série de reuniões envolvendo todos os gestores da organização. O SENAC/RS trabalha com o foco do cliente e do mercado, tornando-se necessário que todos os colaboradores e parceiros estejam vigilantes em relação ao mercado e às necessidades e expectativas dos clientes, assim como das demais partes interessadas, não só para satisfazer as necessidades atuais e futuras, mas para superá-las. A promoção da satisfação do cliente, a conquista de sua fidelidade e a diferenciação em relação

a concorrência foram fatores estratégicos estabelecidos para aumentar a competitividade do SENAC/RS.

Além disso, a eficiente aplicação de recursos no Programa SENAC de gratuidade, atendendo a mais de 20 mil trabalhadores no Estado do Rio Grande do Sul, com cursos técnico de nível médio, capacitação profissional e aprendizagem comercial, foi definida como prioritária para o SENAC/RS, por seu papel decisivo no desenvolvimento do segmento do comércio de bens, de serviços e de turismo.

Para poder observar melhor o desempenho em 2009 vamos citar algumas metas e porcentagem do realizado

Tabela 2 - Metas e porcentagem do realizado em 2009

Indicador	Meta	Realizado	Realizado/meta %
Nº total de matrículas	90.000	90.900	101%
Educação Profissional			
Nº total de Atendimentos	205.000	205.005	100%
% de egressos Trabalhando	65%	73,05%	113%
% satisfação do aluno quanto ao docente	95%	95,74%	100%
% preferencia da marca	25%	22,7%	91%
% de retorno a escola	20%	38,34%	192%
% da CS investida no PSG	37%	98,75%	266%
Nº de matrículas no PSG	20.000	24.109	120,5%

Estes resultados alcançados, no Rio Grande do Sul de uma maneira geral, podem ser extrapolados para as demais regionais do Brasil, a exceção apenas do PSG onde o Rio Grande alcançou já no primeiro ano a extraordinária marca de 98,75% da Contribuição Compulsória, sendo o mínimo exigido pelo convênio com o Ministério do Trabalho, para este ano apenas 20%.

CONCLUSÃO

Finalizando meu trabalho, fica a sensação de ter deixado, em virtude do pouco tempo e da grandeza dos serviços prestados pelo SENAC, de abordar muitos outros aspectos importantes.

Examinando o estudado ao longo do curso e em especial as aulas do Prof. Leonardo Avritzer, no que disse respeito ao papel da democracia participativa, e também do controle do Governo, pela accountability, pensando na Profa. Anastasia e as Instituições Políticas, além do Prof. Arroyo e, seu grande ídolo mestre Paulo Freire, que me permitiram em meu trabalho final da matéria Educação Popular confrontar o método de educação do SENAC, entrevistando a prof. Fabiane Franciscone e do DIEESE entrevistando o prof. Cassio Calvete, conclui, sem sombra de dúvida, que nada melhor, para resumir todas as proposições, que uma entidade do chamado sistema “S” e em especial o SENAC. Porque?

Trata-se de uma Instituição administrada por empresários, mas controlada pelo Governo, há representantes de Ministérios nos Conselhos, e, é auditada pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Os integrantes de seus Conselhos Deliberativos são escolhidos dentre empresários dos diversos ramos do comércio e da prestação de serviços e os trabalhadores também estão representados. Até, antes do reconhecimento das Centrais Sindicais, pelo representante da Federação dos Comerciários de cada Estado e agora por 3 representantes da Centrais Sindicais, a serem indicados.

Portanto, temos empresários, trabalhadores e governo administrando, controlando uma Entidade, que utiliza modernas técnicas de gestão que mesmo com grande quantidade de cursos gratuitos destinados aos mais carentes conforme demonstrado no no capítulo 5, consegue fazer investimentos na área educacional, mantendo várias Faculdades de Tecnologia

e cursos de pós-graduação, muitos em EAD, contribuindo sobra maneira para a capacitação do trabalhador brasileiro, especialmente do comércio.

Se todos os alunos que tiveram oportunidade de concluir o curso de REPÚBLICA, DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E MOVIMENTOIS SOCIAIS, multiplicarem o aprendido exercendo seus direitos democráticos de participação, exigindo colocações nos Conselhos Nacionais das várias entidades existentes para defesa dos mais variados temas, e, além disso, difundirem o aqui aprendido para outros interessados, veremos que em breve os Conselhos e consequentemente a participação popular atingindo os níveis de representação aos quais realmente tem direito.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Fátima; MAGNA, Inácio. *Democracia, Poder Legislativo Interesses e Capacidades*, fevereiro de 2006 (no prelo).

ARATO, Andrew. *Representação, soberania popular e accountability*. Lua Nova, São Paulo, v.55-56, p.98-103, 2002.

ARROYO, Miguel Gonzales. *Pedagogia em Movimento*. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003

AVRITZER, Leonardo. *Instituições Participativas e Desenho Institucional algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. Opinião Pública, Campinas, vol.14, nº1, 2008.

AVRITZER, Leonardo. *Teoria Democrática, racionalidade e participação: uma crítica habermasiana ao elitismo democrático*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996. Capítulo 5.

AVRITZER, Leonardo. *Teoria Democrática e Deliberação Pública*. Lua Nova, São Paulo, v 49: 25-46, 2000.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Congresso Nacional: 1988.

CUTAIT, Michel Neto. *Contribuições Sociais em Debate*. São Paulo: Editora Mizuno, 2003.

GIONGO Maria de Lourdes Feijo. *A trajetória histórica do serviço social no SESI-RS: do assistencial ao político gerencial – novos paradigmas, novos rumos*. 1995. 133f. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 1995.

KITAY, J.; CALLUS, R. *The role and challenge of case study design in industrial relations research*. New York: Cornell University Press, 1998.

NEUTZLIG, Daniela Justo. *Contribuições sociais para terceiros*. 2005. 86f. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de grau de Bacharel em Direito - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, PUCRS, Porto Alegre, 2005.

PERUZZOTTI, Henrique. *A política de Accountability na América Latina*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

PLATT, J. *What can case studies do?*. Londres: JAI Press, 1988.

REGO Mauro Lopez. *A responsabilidade social como resposta do sistema s ao ambiente institucional brasileiro pós-década de 1990: o caso do SESC*. 2002. 85f. Dissertação de Mestrado - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SANTANA, Ademir. *Cartilha em defesa do sistema "S"* Senado Federal: Brasília, 2008. 35p.

SENAC. DG/RS. *Relatório de Gestão*, 2009. Porto Alegre. 52p.

SENAC.DN. *Legislação do Senac*. Rio de Janeiro, 2009. 160p.

SENAC. DN. *Relatório de Ações Sociais*, 2008. Rio de Janeiro, 2009. 92p.II

SENAC. DN. *Relatório Geral*, 2008. Rio de Janeiro, 2009. 114p.II.

SENAC. DN. *Relatório de Gestão*, 2008. Rio de Janeiro, 2009. 96p.II. Tab

SPAGNOL, Werther Botelho. *As Contribuições Sociais no Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, 2002.

STAKE, R. *Case studies*. Thousand Oaks: Sage, 1994.

YIN, R.K. *The case study crisis: some answers*. Cornell University: 1981.

ANEXOS

De: infoap@planalto.gov.br

Para: leonardo@schreiner.com.br

Enviado: Qua 2/12/2009 16:23

Assunto: Resposta da Presidência

Leonardo,

Respondemos sua mensagem dirigida ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para informá-lo que ele tem toda a agenda tomada por audiências, reuniões e compromissos, em que são tratados os altos interesses do País para torná-lo cada vez melhor para os brasileiros. Por conseguinte, o Presidente Lula infelizmente não tem como atender sua solicitação. Sugerimos entrar no site da Presidência da República (<http://www.presidencia.gov.br/>), onde poderá ter acesso às opiniões do Presidente contidas nos textos de seus discursos.

Cordialmente,

Claudio Soares Rocha

Diretoria de Documentação Histórica

Gabinete Pessoal do Presidente da República